

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Novo Hamburgo, 27 de Fevereiro de 2020.

Para: Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Assunto: Projeto de Lei nº 4/2020

Senhor Presidente:

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, Resolução nº 8/2009 viemos respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** a decisão desta Comissão, que concluiu não ser possível a regular tramitação e apreciação do Projeto de Lei em tela sob alegação de impedimentos de natureza constitucional, legal ou regimental.

Da tempestividade e do Cabimento:

O artigo 56, parágrafo 1º da Resolução nº 8/2009, determina que nos casos em que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação entender que haja impedimento constitucional, regimental ou legal, o recurso cabível é a impugnação, e tendo como prazo de impugnação dez dias úteis a contar de seu recebimento, que ocorreu no dia 21/02/2020, a presente impugnação se faz tempestiva.

DAS RAZÕES RECURSAIS

O Projeto de Lei n. 4/2020, de autoria do Vereador Inspetor Luz tem por objetivo proibir a instituição da verba de representação destinada ao Presidente do Legislativo, para a legislatura de 2020/2024.

Por entender descabida a verba de representação ao presidente do Poder Legislativo, este vereador apresentou a presente proposição. Entende-se ser matéria que precisa ser regradada por meio de Lei e não através de um Decreto Legislativo ou Resolução, como opina a procuradoria desta Casa Legislativa.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Diversamente do que estendeu a procuradoria e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa Legislativa, a proposta em tela está em consonância com a Constituição, tendo em vista que encontra respaldo no artigo 29, inciso VI, alínea “d” e 39, parágrafo 4º, ambos da Constituição Federal, que dispõem:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V – o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para o subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas (Vide ADIN nº 2.135-4).

Parágrafo 4º – O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI¹ (grifo nosso).

Tais prerrogativas também são preconizadas pelos Estados Federados e pelos Municípios conforme dispõem os artigos 8º e 11 da Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, como segue:

Art. 8º. O Município, dotado de autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por lei orgânica e pela legislação que adotar, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nesta Constituição.

Art. 11 – A remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, em data anterior à realização das eleições para os respectivos cargos, observado o que dispõe a Constituição Federal.

Veja-se que a Constituição Federal de 1988 determinou com que a Lei Orgânica fixasse os critérios para a fixação dos subsídios dos membros do Poder Legislativo Municipal.

Ato contínuo, o Art. 31, inciso VII da Lei Orgânica do município de

¹ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Novo Hamburgo, dispôs que compete exclusivamente à Câmara Municipal a **fixação da remuneração de seus membros**.

Art. 31. É da competência exclusiva da Câmara Municipal:

.....
VII – fixar a remuneração de seus membros e do Prefeito;

O art. 33 do Regimento Interno não atribuiu a competência da Mesa Diretora em fixar a remuneração dos membros do Legislativo, mas restringiu a competência desta somente no que tange **aos subsídios e vencimentos em relação aos cargos criados pela mesma. PERCEBE-SE QUE HÁ DIFERENÇA NO CONCEITO ENTRE “CRIAÇÃO E A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO DE CARGOS DO LEGISLATIVO” E A “FIXAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DE SEUS MEMBROS E PREFEITO”.**

Quando o legislador dispõe que compete a esta Câmara Municipal, fixar a remuneração de seus membros, entende-se como membros os agentes detentores de mandatos eletivos que a integram² e não aos seus cargos que são criados, ora representados por cargos administrativos.

Evidentemente que cargos eletivos não são criados pela Câmara Municipal. Nesse aspecto, tanto a Constituição do Município como o Regimento Interno desta Casa Legislativa não estabelecem a competência exclusiva para a Mesa Diretora fixar a remuneração de seus membros, tão somente a fixação da remuneração relativa à criação de cargos.

Vejamos o que estabelece o Art. 33 do Regimento Interno desta Casa Legislativa:

Seção III

Da Competência da Mesa

Art. 33. Compete à Mesa, além de outras atribuições estabelecidas na Lei Orgânica:

I – a administração da Câmara Municipal;

II – ~~propor, privativamente, a criação dos cargos necessários ao Poder Legislativo, bem como a fixação ou alteração dos respectivos vencimentos;~~

II – propor, privativamente, a criação de cargos necessários ao Poder Legislativo, bem como a fixação ou alteração dos respectivos vencimentos e subsídios; Alteração feita pelo Art. 1º. - Resolução nº 7

² Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas (Vide ADIN nº 2.135-4).

Parágrafo 4º – O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI (grifo nosso).

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de 07 de Junho de 2016.

- III – elaborar o regulamento dos serviços da Secretaria da Câmara Municipal;
- IV – apresentar relatório dos trabalhos realizados, com as sugestões que entender convenientes;
- V – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;
- VI – dirigir os trabalhos e os serviços da Câmara Municipal durante as Sessões;
- VII – propor créditos e verbas necessárias Câmara Municipal e seus serviços;
- VIII – organizar a Ordem do Dia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, em reunião com a presença dos Líderes de Bancada;
- IX – dirigir a polícia interna da Câmara Municipal;
- X – exercer as demais atribuições previstas neste Regimento.

§ 1º O policiamento da Câmara Municipal compete privativamente à Mesa, sem intervenção de qualquer outro poder, sob a direção do Presidente da Câmara Municipal, que poderá requisitar elementos de corporações civis ou militares para manter a ordem interna.

§ 2º Se, no recinto da Câmara Municipal, for cometida qualquer infração penal, a Mesa fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente. Se não houver flagrante, o Presidente da Câmara deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, para instauração de inquérito.

Art. 34. Compete à Mesa elaborar e encaminhar, até o dia 10 de agosto de cada ano, a proposta orçamentária da Câmara Municipal, a ser incluída na proposta orçamentária do Município, bem como enviar ao Prefeito, até o dia 1º de março, as contas do exercício anterior.

Registre-se que está equivocado adotar como base à análise jurídica a decisão proferida no Agravo em Recurso Extraordinário nº 763583, eis que aquela demanda versa sobre a legalidade da majoração dos **subsídios** dos vereadores, o qual visa recompor o poder aquisitivo da remuneração, ao passo que a presente proposição **proíbe a instituição de verba de representação para a legislatura subsequente ao vereador que ocupa o cargo de presidente, sendo esta expressamente vedada de acréscimo ao subsídio pelo art. 39, parágrafo 4º da Carta Magna e cuja constitucionalidade restou controversa após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 650898.**

Nesse sentido:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

caso, o disposto no art. 37, X e XI. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Nota-se que o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal prevê de forma específica os subsídios em parcela única dos servidores.

"Art. 37 -

"X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices".

"a doutrina, a jurisprudência e até mesmo o vernáculo indicam como revisão o ato pelo qual formaliza-se a reposição do poder aquisitivo dos vencimentos, por sinal expressamente referido na Carta de 1988 – inciso IV do art. 7º --, patente assim a homenagem não ao valor nominal, mas sim ao real do que satisfeito como contraprestação do serviço prestado. **ESTA É A PREMISSA CONSAGRADORA DO PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE DOS VENCIMENTOS.....**" (STF, Pleno, RMS 22.307/DF).

Exemplificando o comando supra, fora instituída a Lei Municipal nº 3.181/2019, de 13 de Junho de 2019, dispondo a revisão geral anual da contraprestação pecuniária dos Servidores Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, dos Poderes Executivo e Legislativo, da Administração Direta, e das suas Autarquias Municipais.

Portanto, percebe-se que revisão de subsídio é totalmente diverso do tema tratado na presente proposição, que se resume em verba de representação, a qual é vedada o seu acréscimo por força do art. 39, §4 da Constituição Federal.

Há relevância da matéria, tendo em vista que visa propiciar maior economia ao Poder Legislativo e por não haver qualquer vício no que tange à competência da iniciativa. Conforme já demonstrado, torna-se mais que necessária a aprovação por parte desta Casa Legislativa a presente proposição.

Portanto, com base nas legislações colecionadas restam sanadas quaisquer dúvidas quanto ao vício alegado no parecer de inconstitucionalidade.

Impõe-se, por questão de Justiça elucidar que a proposição não apresenta em seu escopo artigos inconstitucionais ou ilegais, o que por extensão de interpretação tem-se que não ofende a autonomia e a plena separação dos poderes.

Conclusão:

Diante do exposto, relativamente aos aspectos jurídicos e pelos precedentes em que buscamos amparo, especialmente pelo fato de não usurpar a competência da Mesa Diretora, por não se tratar de proibição de subsídios criados por esta Casa Legislativa, mas **de membros detentores de cargos eletivos**, este Vereador requer a **IMPUGNAÇÃO** do presente parecer, solicitando ainda que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reconsidere sua análise encaminhando o Projeto de Lei nº 04/2020 para a regular tramitação

Doe sangue, doe órgãos, SALVE UMA VIDA. (Lei nº 31, de 19 de maio de 1998)

Contribua com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (Lei nº 1.180, de 13 de outubro de 2004)

Doe Medula Óssea, Sangue do Cordão Umbilical e Placentário - PRÓ-MEDULA (Lei nº 2.310, de 8 de agosto de 2011)

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

nesta Casa.

Atenciosamente,


Vereador Inspetor Luz